



Universidade de Brasília

**Sobre a influência do contato linguístico na formação do
Português do Brasil: contribuições do Centro-Oeste**

Larissa Tunes da Silva

2017

Universidade de Brasília
Instituto de Letras
Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas (LIP)

Sobre a influência do contato linguístico na formação do Português do Brasil: contribuições do Centro-Oeste

Larissa Tunes da Silva

Orientadora: Eloisa Pilati

Trabalho de Conclusão de Curso

Brasília, julho de 2017

Este trabalho foi escrito em *software* livre.



Linux



Agradecimentos

A todos aqueles que lutaram e lutam pela universidade pública, gratuita e de qualidade.

Índice

1. Introdução	3
2. A sócio-história do Estado de Goiás.....	4
3. O papel do contato linguístico na formação do Português do Brasil	12
3.1. A hipótese do conservadorismo.....	13
3.2. A hipótese da deriva.....	16
3.3 A hipótese do contato.....	19
4. Conclusão.....	22
5. Referências bibliográficas.....	24

1. Introdução

A extensão da influência do contato linguístico na caracterização do Português do Brasil (PB) tem sido tema de amplos debates na pesquisa linguística (BAXTER, 1997; NARO&SCHERRE, 2007; LOBATO, 2006; MELLO, 2002; FERREIRA, 1994.). Nesse contexto, atribuem-se diferentes graus de importância à influência do contato linguístico na formação do PB. Inserida nesse debate está a questão das variações regionais do Português Brasileiro. Assim, vários trabalhos abordam as influências de línguas indígenas e africanas (especialmente da família banto) no português trazido pelos europeus (LUCCHESI et. al., 2009). Neste trabalho, buscaremos estudar a formação do Português falado no interior do Estado de Goiás, à luz do debate sobre a importância do contato linguístico no PB.

2. A sócio-história do Estado de Goiás

Por sua localização, no interior do continente, o Estado de Goiás foi alcançado pelos colonizadores europeus tardiamente em comparação às regiões litorâneas. Antes disso acontecer, o território era povoado por grupos tribais das nações Tupi e Jê (CHAIM, 1983). Esta última, formada pelas tribos dos Akroá, Xacriabá, Xavante, Javaé e Kayapó, possuía um maior número de integrantes, conhecidos como “os filhos da terra”, ou, como diziam os jesuítas, “o gentio da língua travada”, e foi bastante hostil aos exploradores (BOAVENTURA, 2007).

Sobre os índios presentes no Planalto Central nesse período, afirma Bertran (2000):

[...] Havia, no Planalto Central, essa raça indígena forte, aguerrida e, desde muito antigamente, senhora dos cerrados brasileiros: os grupos Jê [...]. Sob muitos aspectos um império sólido, rústico, incomunicável à língua geral e aos modos comuns mais flexíveis dos Tupi-Guarani, senhores do litoral brasileiro, os primeiros a confrontarem-se com o colonizador.

[...] Ao cabo de um século de guerras no litoral, a conquista portuguesa, por volta de 1600, empurrara Tupi contra Tupi. Algumas tribos dessa etnia – aquelas mais debilitadas pelas contendidas ou ainda as mais pacíficas – foram buscar refúgio no interior profundo do país, deparando-se, na subida ao Planalto Central, em pleno reino dos Cerrados, com os Macro-Jê imperantes. Algumas nações Tupi importantes, como os Amoipira, Tupinãe e Tabajara assenhorearam-se do médio São Francisco em data que se desconhece, todavia, anterior a 1587. (BERTRAN, 2000, p. 34-35).

[...] Das cidades, vilas, recôncavos e sertões do Brasil vão brancos, pardos, pretos e muitos índios, de que os paulistas se servem. A mistura é de toda a condição de pessoas; homens e mulheres; moços e velhos; pobres e ricos; nobres e plebeus, seculares e clérigos, e religiosos de diversos institutos, muitos dos quais não têm no Brasil convento nem casa [...] (ANTONIL, apud BOAVENTURA, 2007, p. 54).

Ainda segundo Boaventura, foram essas duas expedições que realmente alavancaram a ocupação efetiva de Goiás, bem como a dizimação dos índios da região. De fato, a urbanização de Goiás se deu tardiamente em relação às demais capitânicas, e está relacionada a uma política urbana que buscava estabelecer núcleos urbanos para ocupar espaços de “soberania ainda não definida”. Como consequência dessa política, novas vilas e cidades foram fundadas em várias capitânicas, inicialmente no litoral – Salvador (1549), Rio de Janeiro (1565), João Pessoa (1585) – e mais tardiamente no interior (Vila Boa de Goiás, antiga capital e atual Goiás Velho, foi fundada apenas em 1736, já na época do ciclo aurífero da exploração colonial). É interessante notar que Vila Boa de Goiás foi fundada a oeste de Tordesilhas, ou seja, em uma terra “de soberania não definida”, como parte da política de ocupação da Coroa, que procuraria ampliar seus territórios com base no princípio do *uti possidetis ita possideatis*, que pode ser entendido por “se já possuiis, continuai possuindo”.

A respeito dos dados demográficos históricos do Estado, é difícil uma estimativa precisa. Segundo o IBGE, antes de 1870 nossas estatísticas de população eram meramente conjecturais não passando de estimativas destinadas, basicamente, a atender aos interesses da Metrópole” (IBGE, 2017). Assim, se já são escassas as informações sobre a demografia do Brasil em geral, elas são quase inexistentes sobre a demografia de Goiás.

Serafim da Silva Neto (1963) apresenta, com base nas “deficientíssimas informações demográficas” da época, o seguinte quadro da população colonial em 1583, atribuído a Anchieta:

	Branços	Índios	Negros
Bahia	12000	8000	2 a 4000
Pernambuco	8000	2000	10000
São Vicente	1500	1000	-
Rio de Janeiro	750	3000	100
Espírito Santo	750	4500	-
Porto Seguro	750	-	-
Ilhéus	750	-	-
Itamaracá	250	-	-

Tabela 1. População do Brasil em 1583, segundo Anchieta (SILVA NETO, 1963, p. 79)

Os censos demográficos no Brasil foram realizados pelo IBGE a partir de 1872, mas apenas a partir de 1991 foi criada a categoria “indígena” para a classificação da população “por cor ou raça”, o que torna ainda mais difícil estimar a porcentagem de indígenas na população até o século XIX.

	Branca	Preta	Parda	Amarela	Indígena
1991	51,56	5	42,45	0,43	0,2
2000	53,74	6,21	38,45	0,45	0,4
2010	47,51	7,52	43,42	1,1	0,43

Tabela 2. Porcentagem de cor ou raça na população brasileira, segundo censos do IBGE de 1991, 2000 e 2010.

O Censo de 1940 foi o primeiro a considerar a categoria “língua”, quantificando os falantes de “guarani ou outra língua aborígene”:

12. PESSOAS QUE NÃO FALAM O PORTUGUÊS HABITUALMENTE NO LAR, POR SEXO E NACIONALIDADE, SEGUNDO A LÍNGUA FALADA

LÍNGUA FALADA NO LAR	PESSOAS QUE NÃO FALAM O PORTUGUÊS HABITUALMENTE NO LAR											
	Totais*			Brasileiros natos			Brasileiros naturalizados			Estrangeiros		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
TOTAIS	1 624 689	826 482	798 207	1 254 603	632 462	622 141	21 133	12 408	8 725	348 182	181 215	166 967
<i>Línguas européias</i>	1 355 373	684 789	670 584	1 126 758	567 394	559 364	17 509	10 310	7 199	210 637	106 850	103 787
<i>Alemã</i>	644 458	327 443	317 015	580 114	293 017	287 097	5 083	3 036	2 047	59 169	31 344	27 825
<i>Espanhola</i>	74 381	37 847	36 534	28 072	14 166	13 906	1 906	1 166	740	44 262	22 437	21 825
<i>Francesa</i>	3 190	1 525	1 665	502	257	245	94	48	46	2 579	1 214	1 365
<i>Inglêsa</i>	7 928	4 227	3 701	1 628	773	855	137	70	67	6 156	3 383	2 773
<i>Italiana</i>	458 054	228 940	229 114	405 084	202 983	202 101	5 776	3 435	2 341	47 089	22 476	24 613
<i>Outra língua européia</i> ...	167 362	84 807	82 555	111 358	56 198	55 160	4 513	2 555	1 958	51 382	25 996	25 386
<i>Línguas asiáticas</i>	203 868	107 848	96 020	72 417	36 832	35 585	3 347	1 949	1 398	127 843	68 919	58 924
<i>Japonesa</i>	192 698	102 090	90 608	70 476	35 791	34 685	2 887	1 661	1 226	119 095	64 499	54 596
<i>Outra língua asiática</i> ...	11 170	5 758	5 412	1 941	1 041	900	460	288	172	8 748	4 420	4 328
Guarani ou outra língua aborígene	58 027	30 032	27 995	50 678	25 816	24 862	79	45	34	7 243	4 163	3 080
<i>Outra língua qualquer</i>	7 157	3 675	3 482	4 580	2 325	2 255	173	101	72	2 390	1 243	1 147
<i>Língua não declarada</i>	264	133	126	170	95	75	25	3	22	69	40	29

* Incluídas as pessoas de nacionalidade não declarada.

Figura 2. Reprodução da tabela do Censo de 1940 com número de pessoas que não falam português em casa (em todo o território brasileiro), com destaque para os falantes de “Guarani ou outra língua aborígene” (grifo nosso.)

Cocnforme se observa na tabela acima, foi registrado um total de 58027 falantes de “guarani

ou outra língua aborígene”. Embora essa quantificação tenha sido um grande avanço em relação aos censos anteriores, a categoria “língua” foi considerada apenas no universo de toda a população brasileira (não houve separação por unidade da Federação), e tampouco foi considerada a variedade de línguas indígenas faladas por essa população. Uma separação por Estados foi feita apenas no Censo de 1950, com os seguintes números para Goiás:

14. PESSOAS PRESENTES, DE 5 ANOS E MAIS, QUE NÃO FALAM O PORTUGUÊS HABITUALMENTE NO LAR, POR SEXO E GRUPOS DE IDADES, SEGUNDO A NACIONALIDADE E A LÍNGUA FALADA

N.º de ordem	NACIONALIDADE E LÍNGUA FALADA HABITUALMENTE NO LAR	PESSOAS PRESENTES, DE 5 ANOS E MAIS, QUE NÃO FALAM O PORTUGUÊS HABITUALMENTE NO LAR										
		Totais			5 a 9 anos		10 a 14 anos		15 a 19 anos		20 a 24 anos	
		Total	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
1	TOTAIS	2 514	1 295	1 219	191	159	131	134	118	120	111	151
	<i>Língua falada</i>											
2	Alemã	231	126	105	14	10	18	13	10	11	8	6
3	Árabe	173	87	86	7	6	7	9	8	2	7	8
4	Espanhola	28	18	10	1	-	2	-	1	2	3	-
5	Guarani ou outra aborígine	1 052	514	538	94	83	47	61	51	65	50	82
6	Italiana	94	53	41	1	3	3	1	6	2	5	8
7	Japonesa	374	201	173	33	27	28	19	15	19	20	17
8	Polonesa	194	106	88	15	10	10	8	11	5	6	16
9	Outras línguas	359	187	172	26	20	15	23	16	13	10	14
10	Sem declaração de língua ..	9	3	6	-	-	1	-	-	1	2	-
11	Brasileiros natos	1 391	709	682	140	123	96	92	82	96	82	102
	<i>Língua falada</i>											
12	Alemã	60	37	23	9	3	9	9	8	7	6	-
13	Árabe	43	21	22	3	4	5	5	6	2	5	5
14	Espanhola	10	8	2	1	-	2	-	1	2	2	-
15	Guarani ou outra aborígine	1 042	509	533	94	83	47	60	49	64	49	82
16	Italiana	45	26	19	-	2	2	-	4	2	4	7
17	Japonesa	161	92	69	33	27	28	18	12	17	12	5
18	Polonesa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
19	Outras línguas	24	13	11	-	4	2	-	2	1	2	3
20	Sem declaração de língua	6	3	3	-	-	1	-	-	1	2	-

Figura 3. Reprodução da tabela do Censo de 1950 com número de pessoas que não falam português em casa (no Estado de Goiás), com destaque para os falantes de “Guarani ou outra língua aborígine” (grifo nosso.)

Finalmente, o Censo de 2010 apresentou dados mais completos e detalhados sobre a população indígena no Brasil e em cada Estado, obtidos por meio de questionários específicos para essa população:

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Pessoas indígenas				
	Total	Localização do domicílio			
		Terras indígenas			Fora de terras indígenas
		Total	Condição de indígena		
Declararam-se indígenas	Não se declararam, mas se consideravam indígenas				
Brasil	896 917	517 383	438 429	78 954	379 534
Norte	342 836	251 891	214 928	36 963	90 945
Rondônia	13 076	9 217	8 156	1 061	3 859
Acre	17 578	13 308	11 651	1 657	4 270
Amazonas	183 514	129 529	114 695	14 834	53 985
Roraima	55 922	46 505	40 220	6 285	9 417
Pará	51 217	35 816	23 680	12 136	15 401
Amapá	7 411	5 956	5 953	3	1 455
Tocantins	14 118	11 560	10 573	987	2 558
Nordeste	232 739	106 142	82 094	24 048	126 597
Maranhão	38 831	29 621	26 062	3 559	9 210
Piauí	2 944	-	-	-	2 944
Ceará	20 697	2 988	1 627	1 361	17 709
Rio Grande do Norte	2 597	-	-	-	2 597
Paraíba	25 043	18 296	12 402	5 894	6 747
Pernambuco	60 995	31 836	24 125	7 711	29 159
Alagoas	16 291	6 268	4 486	1 782	10 023
Sergipe	5 221	316	314	2	4 905
Bahia	60 120	16 817	13 078	3 739	43 303
Sudeste	99 137	15 904	14 727	1 177	83 233
Minas Gerais	31 677	9 682	9 117	565	21 995
Espírito Santo	9 585	3 005	2 580	425	6 580
Rio de Janeiro	15 894	450	450	-	15 444
São Paulo	41 981	2 767	2 580	187	39 214
Sul	78 773	39 427	35 599	3 828	39 346
Paraná	26 559	11 934	11 290	644	14 625
Santa Catarina	18 213	9 227	7 055	2 172	8 986
Rio Grande do Sul	34 001	18 266	17 254	1 012	15 735
Centro-Oeste	143 432	104 019	91 081	12 938	39 413
Mato Grosso do Sul	77 025	61 158	57 428	3 730	15 867
Mato Grosso	51 696	42 525	33 367	9 158	9 171
Goiás	8 583	336	286	50	8 247
Distrito Federal	6 128	-	-	-	6 128

Figura 4. População indígena, por localização do domicílio, segundo as grandes regiões e as unidades da Federação (reprodução da tabela do Censo 2010 do IBGE. Grifo nosso).

Note-se que, além da categoria “declararam-se indígenas”, existe também a categoria “não se declararam, mas se consideravam indígenas”, que engloba aqueles que não se classificaram como indígenas no questionário investigativo sobre raça, mas se consideravam como tal por seus costumes e tradições.

Observa-se que, no Estado de Goiás, foram recenseados 8.583 indígenas, dos quais a grande maioria (8.247) vive fora de terras indígenas.

Também foram tabeladas as informações sobre a condição de falar língua indígena ou português no domicílio, reproduzidas na Figura 5:

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Pessoas indígenas de 5 anos ou mais de idade									
	Total (1)(2)(3)	Condição de falar português no domicílio (1)			Condição de falar língua indígena no domicílio					
					Falavam			Não falavam		
		Falavam	Não falavam	Total (2)(3)	Condição de falar português no domicílio		Total (2)	Condição de falar português no domicílio		
					Falavam	Não falavam		Falavam	Não falavam	
Brasil	786 674	605 204	137 577	293 853	165 420	128 429	449 345	439 782	9 148	
Norte	287 836	186 739	78 815	158 900	83 366	75 530	107 064	103 373	3 285	
Rondônia	11 175	9 308	929	6 423	5 568	854	3 815	3 740	75	
Acre	14 014	11 253	2 235	8 829	6 696	2 133	4 659	4 557	102	
Amazonas	154 338	99 494	46 190	89 809	45 891	43 918	56 280	53 603	2 272	
Roraima	46 130	34 486	10 845	20 996	10 621	10 375	24 335	23 865	470	
Pará	43 982	21 091	12 341	19 145	7 069	12 073	14 291	14 022	268	
Amapá	6 327	4 323	2 004	4 997	3 017	1 980	1 330	1 306	24	
Tocantins	11 870	6 784	4 271	8 701	4 504	4 197	2 354	2 280	74	
Nordeste	210 098	190 565	8 501	28 506	21 704	6 802	170 566	168 861	1 699	
Maranhão	32 773	22 968	7 083	22 501	15 743	6 758	7 550	7 225	325	
Piauí	2 833	2 806	26	31	30	1	2 801	2 776	25	
Ceará	19 149	18 308	172	462	461	1	18 018	17 847	171	
Rio Grande do Norte	2 491	2 473	17	29	29	-	2 461	2 444	17	
Paraíba	22 782	19 869	85	335	335	-	19 619	19 534	85	
Pernambuco	55 178	53 584	308	2 458	2 438	20	51 435	51 146	288	
Alagoas	14 684	13 534	100	300	295	5	13 334	13 239	95	
Sergipe	4 975	4 928	46	42	41	1	4 932	4 887	45	
Bahia	55 233	52 095	664	2 348	2 332	16	50 416	49 763	648	
Sudeste	93 705	88 752	4 641	7 527	4 803	2 724	85 868	83 948	1 917	
Minas Gerais	29 370	27 980	1 312	1 710	793	917	27 583	27 187	395	
Espírito Santo	8 974	8 758	118	425	387	38	8 451	8 370	80	
Rio de Janeiro	15 399	14 932	457	690	554	136	14 699	14 378	321	
São Paulo	39 962	37 082	2 754	4 702	3 069	1 633	35 135	34 013	1 121	
Sul	71 750	61 190	8 320	28 579	20 905	7 674	40 931	40 285	646	
Paraná	24 124	18 724	5 206	9 531	4 597	4 934	14 399	14 127	272	
Santa Catarina	16 674	14 501	813	3 465	2 819	646	11 849	11 682	167	
Rio Grande do Sul	30 952	27 965	2 301	15 583	13 489	2 094	14 683	14 476	207	
Centro-Oeste	123 285	77 958	37 300	70 341	34 642	35 699	44 916	43 315	1 601	
Mato Grosso do Sul	65 967	44 659	20 166	41 174	22 037	19 137	23 651	22 622	1 029	
Mato Grosso	43 157	19 439	16 852	28 707	12 155	16 552	7 584	7 284	300	
Goiás	8 256	8 071	168	279	274	5	7 959	7 796	163	
Distrito Federal	5 905	5 789	114	181	176	5	5 722	5 613	109	

Figura 5. Pessoas indígenas de 5 ou mais anos de idade, por condição de falar língua indígena no domicílio e condição de falar português no domicílio, segundo as Grandes Regiões e unidades da Federação (reprodução da tabela do Censo 2010 do IBGE. Grifo nosso.).

(1) Inclusive as pessoas sem declaração de falar língua indígena no domicílio. (2) Inclusive as pessoas sem

declaração de falar português no domicílio. (3) Inclusive as pessoas que falavam língua indígena de outro país.

Conforme os dados reproduzidos na Figura 5, em 2010, 279 pessoas indígenas de 5 ou mais anos de idade falavam língua indígena no domicílio. Destas, 274 falavam também o português em casa, enquanto 5 não falavam português, ou seja, se comunicavam em casa apenas por meio da língua indígena.

Os dados apresentados demonstram que existe uma população indígena significativa no Estado de Goiás, ainda que a maior parte viva fora de terras indígenas; e que línguas indígenas estiveram e ainda estão presentes ao longo de toda a formação histórica desse Estado.

3. O papel do contato linguístico da formação do Português do Brasil

Considerando a sócio-história do Estado do Goiás e suas características peculiares de isolamento, com uma possível maior influência dos idiomas indígenas no Português falado nessa região, faz-se necessário, em um primeiro momento, um aprofundamento no debate teórico a respeito da influência do contato linguístico na formação do PB em geral, para depois, em um segundo momento, realizarmos um afunilamento aplicando as principais conclusões resultantes dessa análise ao caso específico de Goiás.

A respeito da influência do contato linguístico na formação do Português do Brasil, são três as principais hipóteses defendidas, segundo Pagotto (2005): a hipótese do conservadorismo ou ancianidade, a hipótese da deriva e a hipótese do contato.

A hipótese do conservadorismo ou ancianidade foi defendida principalmente por Serafim da Silva Neto (1963) e atribui um papel muito restrito ao contato linguístico na formação do PB. A hipótese da deriva, proposta inicialmente por Sapir, foi desenvolvida por Naro e Scherre (2007) levando em conta os estudos anteriores de Silva Neto. Por fim, hipótese do contato, que atribui ao contato entre línguas (africanas, indígenas e o Português Europeu) um papel mais relevante nesse processo. Engendrados pela hipótese do contato, porém, existem diversos pontos de vista teóricos (alguns de base gerativista, alguns de base sociolinguística), com divergências, por exemplo, quanto à ocorrência de uma possível criouliização do português europeu. Discutiremos a fundo todas elas nas sessões seguintes.

É importante observar que a abordagem que fazemos neste trabalho do quadro da discussão linguística sobre o Português Brasileiro difere parcialmente da Castilho (2007, p. 13), segundo o qual são três as teses linguísticas sobre o PB:

- (1) Tese da ancianidade da nossa língua: o portuguêsportuguês brasileiro é uma continuação do português arcaico, com pequenas alterações;
- (2) Tese da emergência de uma nova gramática do português: a partir do séc. XIX, o português brasileiro passou a constituir uma nova gramática;
- (3) Tese crioulistica: características do português brasileiro decorrem de um período de falares crioulos e semicrioulos de base africana.

Em princípio, a sistematização proposta neste trabalho considera que a tese (2) descrita por Castilho (“emergência de uma nova gramática do português a partir do século XIX”) abrangeria

duas possibilidades: a primeira é que essa nova gramática seria pouco ou nada influenciada pelo contato linguístico, o que aproximaria essa tese da teoria da deriva ou do conservadorismo; a segunda é que essa nova gramática emergiu por fatores relacionados direta ou indiretamente ao contato entre línguas, o que a aproximaria da hipótese do contato linguístico. Por isso, parece-nos mais adequado adaptar a proposta de Castilho para descrever as hipóteses sobre a influência do contato linguístico na formação do PB, utilizando o grau de importância atribuído ao contato como diferenciador entre elas, conforme já mencionamos anteriormente. Essa proposta será aprofundada nas seções seguintes.

3.1. A hipótese do conservadorismo

Serafim da Silva Neto (1963) defende a hipótese do conservadorismo ou caráter arcaizante do português do Brasil, atribuindo importância praticamente nula ao efeito do contato entre línguas. Assim, teria havido apenas a predominância do português sobre as línguas africanas e indígenas.

Note-se que o autor não desconsidera a existência dessas línguas (cujos falantes ele denomina de aloglotas), mas considera que a influência delas não foi significativa e não explica as diferenças entre o PB e o PE. Na verdade, o que teria ocorrido aqui, segundo o autor, seria a manutenção de características do português arcaico; em outras palavras, teriam ocorrido mudanças mais significativas no PE do que no PB, e este estaria mais próximo do português medieval:

Na linguagem brasileira a evolução [da colocação pronominal] processou-se diferentemente [da portuguesa], porque a existência de aloglotas (africanos e ameríndios) ensejou a criação de novo ritmo. Dessarte não existe, na nossa linguagem corrente, sistematização rigorosa.

[...]

Na conjugação perifrástica o português arcaico preferia o gerúndio ao infinitivo, ao revés do que se faz hoje. Eis as provas: “... seu abade San Beento ho amoestou muytas vegadas que nõ andasse vaguciando pelo mundo...” (Dialogos de S. Grigório).

[...] No Brasil guardamos o modo antigo. (SILVA NETO, 1950, apud MORAES, J.V., p. 95)

A prevalência do português sobre as outras línguas teria acontecido em função de duas características marcantes do português – o conservadorismo e a unidade –, que têm origens

históricas:

Os colonizadores vinham de todas as partes de Portugal, de modo que, em contato e interação, se fundiram num denominador comum, de notável unidade.

Acompanhando o destino dos homens, o português primeiro se estabeleceu no litoral. Aí se constituiu, nos dois primeiros séculos da colonização, um falar de marcante unidade, uma *koiné*, em suma. E foi essa *koiné*, falada na costa, que invadiu o interior com as bandeiras e as entradas.

Daí, evidentemente, as raízes das características do português brasileiro: a *unidade* e o *conservadorismo*. (SILVA NETO, 1963, p. 15).

Em outras palavras, o PB seria dotado de uma unidade maior que o PE, pelo fato de terem entrado em contato, no Brasil, colonizadores provenientes de regiões diferentes de Portugal. O contato entre eles teria sido responsável por fazer prevalecer o que os falares tinham em comum, e reduzir as diferenças, trazendo à tona as características mais próximas do português arcaico, livre de regionalismos.

É importante ressaltar que Silva Neto admite a existência de um crioulo (por ele definido como “falar de emergência, com caracteres definidos e vida própria, que consiste na deturpação e simplificação extrema de uma língua, quando imperfeitamente transmitida, e aprendida por gente de civilização inferior”) de base lexical portuguesa, que ele cita na sua descrição do panorama linguístico do Brasil do século XVIII:

Assim é que tínhamos:

I – o português, falado sobretudo na costa, principalmente pelos brancos e seus descendentes;

II – um crioulo ou semicrioulo – adaptação do português no uso dos mestiços, aborígenes e negros. Caracterizava-se, como em geral esse tipo de linguajares, pela extrema simplificação de formas e, talvez, nos primeiros tempos, algum traço linguístico devido a fenômenos de interferência de outra língua.

III – a “língua geral”, usada pelos mamelucos e pelos brancos em sua relação com o gentio.

IV – alguns episódicos falares africanos, em proporção muitíssimo menor do que a língua geral, as em uso nos quilombos ou entre negros novos, ainda não devidamente aportuguesados. (SILVA NETO, 1963, p.p. 51-52)

Note-se que, nesse panorama, o autor não inclui as línguas indígenas explicitamente. Posteriormente, no texto, ele admite não ter conhecimento sobre o estado da língua tupi no Brasil colonial, e inclui as línguas indígenas da costa na categoria da “língua geral”:

(...) Não posso fazer ideia nítida do que fosse a língua tupi. Qual a sua origem? Qual o seu estado no século XVI? (...) Para essa e outras inquirições, a minha ignorância não acha resposta. Por isso prefiro dizer “língua geral” com relação ao falar, mais ou menos uniforme, dos índios da costa. (...) Às línguas do interior

chamavam os religiosos *línguas travadas*. (SILVA NETO, 1963, p. 52).

Mattos e Silva (2004) tecem severas críticas à hipótese defendida por Silva Neto, considerando-a eurocêntrica, lusitanófila e demonstrativa de uma posição ideológica baseada na “superioridade cultural do colonizador”. De fato, percebe-se tal posicionamento no discurso de Silva Neto, o que é exemplificado pela definição de crioulo mencionada acima e pelo trecho abaixo:

A origem social da grande massa dos colonos, provenientes de classes humildes e da província, apresenta muito interesse do ponto de vista linguístico, visto que a linguagem dos camponeses é bastante conservadora, como se fosse um reflexo de uma vida tranquila e essencialmente tradicional: corresponde pois ao reflexo de uma vida estagnante de todos os outros traços culturais, tendo semelhança com uma vida onde os hábitos predominam, onde o horizonte mental é reduzido; os trabalhos quotidianos são sempre os mesmos, as relações limitadas, abrangendo pessoas ocupadas pelos mesmos problemas. Se nos recordarmos que as grandes obras do século XVI datam todas do fim do século, não será exagero classificar a língua dos primeiros colonizadores como pertencente ainda ao século anterior, isto é, representando um sistema linguístico muito antigo (SILVA NETO, 1986a [1957], p. 587, grifo nosso).

Além disso, o panorama linguístico brasileiro do século XVIII proposto por Silva Neto carece de precisão conceitual, se o considerarmos à luz das definições propostas por Aryon Rodrigues (1996):

Passou-se, em vários meios intelectuais brasileiros, sobretudo neste século, a fazer confusão a respeito de seu significado [da expressão língua geral], ora supondo-se que designasse a língua que falavam os próprios tupis e tupinambás; ora que se referisse a uma língua criada ou moldada ou “disciplinada” pelos jesuítas, já no século XVI, com base na dos índios; ora, ainda, que se tratasse de um pidgin ou crioulo originado no contato dos portugueses com os índios de diferentes afinidades, ou mesmo formado já antes da chegada dos europeus. Na verdade, essas concepções carecem de fundamento histórico e linguístico.

Assim, segundo Aryon Rodrigues, o panorama linguístico do Brasil colonial contava com três línguas gerais: a língua geral paulista, a língua geral amazônica e o guarani criollo. Todas elas foram resultantes de uma situação de contato linguístico (entre tupi e português; entre tupinambá e português; e entre guarani e espanhol, respectivamente) muito específica, em que homens brancos casavam-se com mulheres indígenas e a língua materna das crianças era a língua indígena; e, entre essas crianças, os homens aprendiam português ou espanhol, tornando-se bilíngues, enquanto as mulheres aprendiam apenas a língua indígena da mãe.

Portanto, consideramos válidas as críticas de Mattos e Silva (2004) a Serafim da Silva Neto, acrescentando que os argumentos deste em favor da hipótese do conservadorismo não são argumentos linguísticos e são pouco precisos conceitualmente.

3.2. A hipótese da deriva

Sapir (1921), ao buscar explicações para a mudança linguística, deparou-se com a seguinte questão: como conciliar as variações individuais de uma língua com suas variações dialetais e, ao mesmo tempo, com a manutenção de um corpo linguístico comum entre seus falantes? Há uma situação aparentemente paradoxal: por um lado, as peculiaridades individuais dos falantes não são suficientes para criar uma cisão dialetal, pois são niveladas pela necessidade de manutenção da língua em comum; por outro lado, as línguas mudam. A resposta dada pelo autor é a seguinte:

A língua se move ao longo do tempo em uma corrente feita por ela própria. Ela tem uma deriva. Se uma língua não se partisse em dialetos, se cada língua continuasse como uma unidade firme, contida nela mesma, ela ainda assim se distanciaria constantemente de qualquer norma a ela atribuída, desenvolvendo novos traços incessantemente e gradualmente se transformando em uma língua tão diferente do seu estado inicial que ela passa a ser, de fato, uma nova língua. (Tradução nossa).

Essa deriva, ainda segundo o autor, tem uma direção e é constituída pela seleção inconsciente, pelos seus falantes, das variações individuais que se acumulam em um determinado sentido.

Na mesma obra, Sapir dedica um capítulo às influências entre línguas, decorrentes do contato linguístico, mas ele considera que tais influências, sejam elas referentes a empréstimos lexicais, fonológicos ou morfológicos, são superficiais, e que o fator determinante na mudança linguística é realmente a deriva:

Podemos reconhecer que certas línguas se apropriaram de traços estruturais decorrentes da influência sugestiva de línguas vizinhas. Um exame de tais casos, porém, quase invariavelmente revela o fato significativo de que elas são apenas adições superficiais no *kernel* morfológico da língua. [...] Devemos, portanto, atribuir as maiores concordâncias e divergências na forma linguística – padrão fonético e morfologia – à deriva autônoma da língua. [...] A língua é, provavelmente, o mais autônomo e massivamente resistente de todos os fenômenos sociais. É mais fácil aniquilar uma língua do que desintegrar sua forma individual (SAPIR, 1921).

Naro e Scherre (2007) utilizam a hipótese de Sapir para retomar a hipótese do conservadorismo, defendida por Silva Neto, e explicar a formação do Português do Brasil, afirmando que as mudanças sofridas pelo PB são decorrentes essencialmente do processo histórico natural da deriva, que foi apenas acentuado pelo contato:

(...) Características morfossintáticas e fonológicas do português brasileiro, atualmente envoltas em estigma e preconceito social, são heranças românicas e portuguesas arcaicas e clássicas e não modificações mais recentes advindas das línguas africanas, que vieram para o Brasil com seus povos escravizados e subjugados, ou das línguas dos povos ameríndios, que aqui já se encontravam quando vieram os colonizadores europeus. Tampouco são resultados de processos de simplificação ou outras modificações espontâneas causadas pelo contato, durante o processo de transmissão não tradicional da língua. (NARO & SCHERRE, 2007, p. 17)

É interessante observar que, já em 1963, Serafim da Silva neto, defensor da hipótese do conservadorismo, menciona a Teoria da Deriva de Sapir:

Na constituição do português brasileiro há desde o século XVI duas derivas:

- a) uma deriva bastante conservadora, que se desenvolve portanto muito lentamente e
- b) uma deriva a que condições próprias imprimem velocidade inesperada. (p.129).

No entanto, sua análise difere daquela de Naro e Scherre no sentido de que, para Silva Neto, a deriva acelerada só se deu em algumas comunidades rurais isoladas, em “falares ou dialetos”, ou seja, ela não teria influenciado significativamente o português do Brasil:

(...) **Certas mudanças** verificadas na **linguagem rural ou dialetal** do Brasil se explicam, não pela interferência de qualquer substrato ou adstrato, mas por uma rápida evolução apressada por aloglotas. (...) O contato e repetida interação que há pouco descrevemos entre o português de brancos, índios e mestiços, não implica, de nenhum modo, na aceitação de traços fonéticos, morfológicos ou sintáticos de línguas índias ou africanas. (SILVA NETO, 1963, pp. 130-131, grifos nossos).

Naro e Scherre, diferentemente, consideram que ocorreu uma “confluência de motivos” e que forças de diversas origens (Europa, América e África) interagiram com a deriva, acentuando-a e formando o português do Brasil. É importante observar que, além dessa diferença a respeito da acentuação da deriva, Naro e Scherre embasam sua argumentação em argumentos linguísticos e procuram mostrar que as diferenças regionais no PB não estão relacionadas a nenhum tipo de “superioridade linguística”, enquanto Serafim da Silva Neto utiliza argumentos consideravelmente preconceituosos e imprecisos.

No entanto, algumas críticas podem ser feitas à argumentação linguística de Naro e Scherre. Por exemplo, consideremos o argumento referente à variação da concordância verbal. No PB popular, o plural “comem” [’komĩ] se reduz à forma singular “come” [’komi]; e a forma “comeram” [ko’merã] é substituída por “comeu” [ko’mew]. Segundo os autores, no primeiro caso o fenômeno é meramente fonológico, operando também sobre formas não verbais do tipo “garagem”, “homem” e “virgem”, e que existe na fala popular de Portugal, tendo existido também em textos medievais

portugueses. O segundo caso seria um fenômeno não mais fonológico, mas morfológico, que teria ocorrido a partir da ampliação da redução fonológica. Contudo, os autores não explicam como se daria essa ampliação da redução fonológica, tampoco como se dá a transição do fenômeno fonológico para o morfológico. Ora, se os autores admitem que essa variação morfológica ocorreu tardiamente em redução à fonológica, deve haver alguma razão para isso que vai além da deriva intrínseca à língua. Além disso, os autores não mencionam se essa variação existe na fala popular de Portugal atualmente.

Além disso, Naro e Scherre embasam parte de sua argumentação em Silva Neto e em Aryon Rodrigues, mas com alguma confusão envolvendo as teses defendidas por esses dois autores no que se refere ao quadro linguístico do Brasil colonial. Segundo Naro e Scherre (2007)

Completa-se assim o quadro linguístico dos primeiros séculos do Brasil: predomínio do *pidgin* tupi, nos termos de Silva Neto, ou da língua geral paulista, nos termos de Rodrigues; influência mútua das diversas línguas no contexto de aprendizado do português, da língua geral e de outras línguas como segundas línguas; e de elementos pidginizantes vindos da Europa. (p.30)

Conforme discutido na sessão anterior, o próprio Silva Neto admite seu desconhecimento sobre a língua tupi, e afirma que existia até o século XVIII um *pidgin* simplificado de origem tupi. Esse ponto de vista é diretamente criticado por Rodrigues (1996), que defende que existiam três línguas gerais (a língua geral paulista, a língua geral amazônica e o guarani crioulo), sendo que a primeira teve maior influência do tupi e a segunda do tubinambá. Rodrigues ainda enfatiza que tupi e tupinambá eram línguas diferentes, e que tiveram reflexos diferentes sobre o português; e que as línguas gerais paulista e amazônica predominaram em espaços geográficos diferentes: a primeira, em São Paulo, Minas Gerais, sul de Goiás, Mato Grosso e norte do Paraná; e a segunda, no Maranhão, no Pará e na Amazônia em geral. Do Rio De Janeiro ao Piauí, não se constituíram línguas gerais. Tendo em vista a argumentação e a precisão conceitual de Rodrigues, parece-nos que a descrição do quadro linguístico sugerido por Naro e Scherre não traduz bem a complexidade da situação linguística no Brasil colonial. Primeiramente, existia mais de uma língua geral; em segundo lugar, existiam regiões em que não houve língua geral; em terceiro lugar, as línguas indígenas influenciaram o português de maneiras diferentes; e finalmente, Silva Neto e Rodrigues têm visões divergentes sobre esse quadro, o que torna inadequado usar termos de ambos para defender o mesmo ponto de vista.

3.3 A hipótese do contato

Por fim, outros autores (Lobato, 2006; Mello, 2002; Mattos e Silva, 2004; Baxter e Lucchesi, 1997) atribuem um papel mais relevante ao contato entre o Português Europeu, as línguas africanas, principalmente de origem banto, e as línguas indígenas, ocorrido desde o século XV.

mas acentuado a partir do século XVIII, quando o interior do Brasil foi mais intensamente explorado pelos portugueses.

Lobato (2006) faz uma análise aprofundada da influência ameríndia na formação do Português do Brasil. A autora aponta semelhanças estruturais entre o português coloquial brasileiro e o tupi (e provavelmente a língua geral paulista), que diferenciam o PB do Português Europeu, que seriam o sistema pronominal (tanto no PB quanto no tupi prevalece a posição proclítica, enquanto no PE ocorre tanto a próclise quanto a ênclise; além disso, no PB a interpretação dos clíticos, mesmo os supostamente de 3ª pessoa, é restrita à 1ª e à 2ª pessoas, diferentemente do PE) e o deslocamento sintático do subconstituente do argumento interno (subconstituintes de um sintagma nominal podem funcionar como sujeito, como na sentença “O meu carro furou o pneu”).

No entanto, a autora considera que essas semelhanças foram meramente acidentais e que o que determinou a mudança desses parâmetros do PB foi a aprendizagem do português como segunda língua por adultos aloglotas. Segundo ela, sua proposta se assemelha parcialmente à de Naro e Scherre (2004) por se opor à proposta de criouliização defendida por Baxter e Lucchesi (1997) e por considerar que houve no PB um processo de expansão de estruturas já presentes no PE que veio para o Brasil no período colonial, mas com diferenças em pontos essenciais:

Este trabalho se coloca contra ter havido exclusivamente influência de línguas ameríndias ou de línguas africanas, de qualquer tipo que seja, estrutural ou não, na formação do português do Brasil, assim como se posiciona contra ter havido influência conjunta de tipo estrutural. (...)

A minha posição consiste numa terceira possibilidade de análise: a formação do português do Brasil foi resultado do contato maciço com falantes de outras línguas, mas isso não invalida a possibilidade de as estruturas em questão já terem existido antes no português europeu (LOBATO, 2006, pp.31-32)

Lucchesi et. al. (2009), por sua vez, atribuem um papel mais significativo ao contato entre o português e as línguas indígenas e africanas no Brasil:

No plano linguístico, a contribuição dos segmentos indígenas e africanos para a formação da realidade linguística brasileira tem sido menosprezada, ora por razões ideológicas, determinadas por uma visão de “superioridade cultural” do colonizador europeu, ora por opções teóricas imanentistas, que circunscrevem à lógica interna do sistema linguístico as motivações para as suas mudanças. Os obstáculos ideológicos e teóricos se somam às dificuldades de realizar pesquisas de campo que possam recolher evidências empíricas consistentes da ocorrência no

português brasileiro de processos de variação e mudança efetivamente induzidos pelo contato entre línguas, de modo que subsiste a lacuna acerca do real papel dos segmentos indíodescendentes e afro-brasileiros na história linguística do país. (LUCCHESI, 2009)

Sua pesquisa ao estudo de comunidades rurais afro-brasileiras isoladas, no Estado da Bahia, com base na hipótese de que

no cenário polarizado da formação histórica da realidade linguística brasileira, o contato entre línguas afetou diretamente a formação dos padrões coletivos de fala da maioria da população do país (o que se denomina aqui norma popular) e só indiretamente a fala das classes economicamente privilegiadas, tradicionalmente chamada de norma culta.

Após a análise de dezesseis aspectos da morfossintaxe da gramática dessas comunidades, Lucchesi concluiu que o português sofreu alterações significativas decorrentes do processo de transmissão linguística irregular de tipo leve, desencadeado pelo contato entre línguas. Entretanto, não houve a segregação e o isolamento necessários ao surgimento de uma língua crioula, ou seja, não houve a formação de uma “variedade linguística qualitativamente diferente da língua-alvo” (p.517), mas sim uma “variedade da língua-alvo afetada pelo contato”.

Ele também refuta a hipótese de que tenha havido um processo de criouliização e uma posterior “descriouliização”:

Não se encontra no Brasil uma situação típica de descriouliização, com um continuum post-crioulo típico, pois, mesmo nas comunidades afro-brasileiras que supostamente passaram por um processo mais radical de reestruturação gramatical, não se encontram estruturas tipicamente crioulas, como partículas pré-verbais de tempo, modo e aspecto, verbos seriais e pluralizadores pré-nominais. (LUCCHESI, p. 520)

Mattos e Silva (2004), enfatizando sua discordância em relação à tese do conservadorismo e da unicidade da língua portuguesa, defende que “o português se generalizou na amplidão do território do Brasil pela 'voz' dos africanos e afrodescendentes”, atribuindo papel importante à mobilidade populacional dos africanos e afrodescendentes, tanto no Brasil colonial quanto no pós-colonial. Paralelamente, a autora enfatiza o impacto da política linguística estabelecida pelo Marquês de Pombal em 1757, que definiu o português como língua da colônia e tornou obrigatório seu uso em documentos, bem como seu ensino. Tal política, no entanto, não conseguiu anular a influência de línguas africanas. Porém, não houve uma suposta “vitória” nem do português europeu, nem da influência africana, mas sim um efeito modelador do estrato dominante, do português socialmente menos estigmatizado sobre o linguajar popular fortemente influenciado por outras línguas.

Cabe aqui chamar a atenção para o fato de que Mattos e Silva minimiza a importância das línguas indígenas, afirmando que “os índios que não morreram ou já estavam integrados ou acoitados nos confins protegidos”. Isso reduziria as possibilidades de definição do Português do Brasil a um “português africanizado” ou um “português europeizado”.

Mello (2002) considera que houve uma confluência de fatores internos (mudança intra-sistêmica e deriva) e externos (inovações induzidas pelo contato linguístico), bem como de nivelamento dialetal:

[Houve] pressão para que falantes portugueses de variedades de menor prestígio ajustassem seus dialetos a variantes mais prestigiadas. O nivelamento dos dialetos europeus do português no Brasil eliminou a maioria das marcas diferenciadoras entre eles, o que ofereceu um modelo de língua-meta mais uniformizado aos milhões de indígenas, africanos e seus descendentes que adquiriram o português no Brasil.

A respeito do contato linguístico, a autora descarta as hipóteses de crioulização ou reestruturação linguística, e destaca a aquisição imperfeita do português como segunda língua como um fator relevante:

[...] Crioulização e reestruturação linguística não ocorreram majoritariamente no território brasileiro, mas podem ter ocorrido, ainda que por curtos períodos, em áreas mais isoladas, onde havia uma grande desproporção demográfica entre falantes nativos do português e falantes de outras línguas. Na maior parte do Brasil, o cenário mais provável para o contato linguístico teria ocorrido por meio do câmbio imperfeito para o português, por parte de indígenas e africanos. Esse processo teria acontecido devido à transferência de traços gramaticais das línguas de substrato e aplicação de tendências universais na aquisição de segunda língua (interlíngua), que teriam se fossilizado no português não-padrão do Brasil.

4. Conclusão

A partir da análise do presente estado da arte da discussão sobre a influência do contato linguístico na formação do Português do Brasil, observou-se que são atribuídos diferentes graus de importância ao contato do português europeu com as línguas indígenas e africanas: de uma influência muito reduzida, conforme defende Serafim da Silva Neto, a uma influência intensa e determinante, conforme defendem Baxter & Lucchesi.

É importante destacar que, embora tenha sido feita aqui a proposta de três linhas principais de argumentação (a hipótese do conservadorismo, a hipótese da deriva e a hipótese do contato), isso não significa que as propostas de cada pesquisador em relação à questão se enquadrem perfeitamente em cada uma delas. Por exemplo, consideramos Naro & Scherre como defensores da “hipótese da deriva” porque essa é a linha central de sua argumentação, mas os próprios autores admitem o papel de uma confluência de fatores, ainda que reduzido. Da mesma forma, entre aqueles que atribuem papel mais central ao contato linguístico, alguns (e.g. Mello, 2002) entendem que, paralelamente ao contato, existia uma deriva em curso, e que ela também influenciou o português.

O principal objetivo deste trabalho não foi classificar os autores em uma categoria fechada, mas sim – o que consideramos alcançado – organizar a literatura existente à luz de referenciais teóricos, sem desconsiderar que existem divergências e convergências entre todos eles.

A análise comparativa das teses defendidas por diversos pesquisadores evidenciou alguns pontos importantes que merecem destaque. O primeiro deles é o fato de que ainda existe certa imprecisão conceitual no uso certos termos, como “crioulização”, “descrioulização”, e “língua geral”.

Além disso, entre os pesquisadores que defendem uma maior influência do contato linguístico, parece haver consenso quanto ao fato de considerarem poucos e recentes os estudos que se dedicam a esmiuçar as alterações linguísticas possivelmente decorrentes de contato entre línguas africanas, indígenas e o português europeu; e, se são poucos os estudos sobre as línguas africanas, são ainda mais raros aqueles relativos à influência das línguas indígenas.

Também existe concordância entre diversos pesquisadores no sentido de que a aprendizagem imperfeita do português como segunda língua por filhos de mães indígenas e pais portugueses pode ter sido um fator relevante na formação do PB, ainda que as formas pelas quais a influência dessa

aprendizagem tenha se dado ainda não estejam completamente claras.

Também fica clara a necessidade de relacionar os estudos sobre a influência do contato linguístico na formação do PB com o contexto sócio-histórico do Brasil e de suas regiões. Nesse sentido, o caso da Região Centro-Oeste, em especial de Goiás, apresenta-se como um promissor foco de pesquisas sobre o contato linguístico e a transmissão irregular, tendo em vista as especificidades da colonização desse Estado, que contou com uma forte resistência indígena, principalmente até o século XVIII.

5. Referências Bibliográficas

BAXTER, A.; LUCCHESI, D. A relevância dos processos de pidginização e crioulização na formação da língua portuguesa no Brasil. In: *Revista de Estudos Linguísticos e Literários*, n. 19, 1997.

BERTRAN, P. *História da terra e do homem no Planalto Central: eco-história do Distrito Federal, do indígena ao colonizador*. Brasília: Verano, 2000.

BOAVENTURA, D.M.R. *Urbanização em Goiás no Século XVIII*. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. 2007.

CASTILHO, A. Prefácio. In: NARO, A.J.; SCHERRE, M.M.P. *Origens do Português Brasileiro*, pp. 25-48. São Paulo: Parábola, 2007.

CENSO DEMOGRÁFICO – População e Habitação. Série Nacional. Volume II. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1940.

CHAIM, M.M. *Aldeamentos indígenas (Goiás 1749-1811)*. 2ª ed. São Paulo: Nobel, 1983.

ESTADO DE GOIÁS. Censo Demográfico. Série Regional. Volume XXX, Tomo 1. Rio de Janeiro: 1956.

FERREIRA, C. Remanescentes de um falar crioulo brasileiro (Helvécia – Bahia). In: *Diversidade do Português do Brasil: Estudos de Dialetoologia Rural e Outros*. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1994, pp. 21-32.

IBGE, <http://memoria.ibge.gov.br/sinteses-historicas/historicos-dos-censos/censos-demograficos>

LOBATO, L.M.P. Sobre a questão da influência ameríndia na formação do Português do Brasil. *Revista de Estudos Linguísticos*, v. 14, n. 2, p. 11-47, 2006.

LUCCHESI, D.; BAXTER, A.; RIBEIRO, I. (orgs.). *O Português Afro-brasileiro*. Salvador: EDUFBA, 2009.

MATTOS E SILVA. *Ensaio para uma sócio-história do Português Brasileiro*.

MELLO, H.R. Português Padrão, Português Não-Padrão e a Hipótese do Contato Linguístico. In: ALKMIM, T. (org.). *Para a História do Português Brasileiro*. Vol. III. São Paulo: Novos Estudos, 2002.

MORAES, J.V. *Unidade na diversidade: as ideias de Serafim da Silva Neto como subsídios para a constituição de uma teoria da variação linguística*. Tese de doutorado em Filologia e Língua Portuguesa. Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2016.

NARO, A.J.; SCHERRE, M.M.P. *Origens do Português Brasileiro*, pp. 25-48. São Paulo: Parábola, 2007.

PAGOTTO, E.G. Variedades do português no mundo e no Brasil. In: *Ciência e Cultura*, v. 57, n. 2, 2005.

RODRIGUES, A.D. *As línguas gerais sul-americanas*. *PAPIA*, v.4, n.2, 1996, pp. 6-18.

SAPIR, E. *Language as a historical product: drift*. In: *Language: An Introduction to the Study of Speech*, 1921. Disponível em: <http://www.bartleby.com/186/7.html>. Último acesso realizado em: 31 de maio de 2017.

SILVA NETO, S. *Introdução ao Estudo da Língua Portuguesa no Brasil*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1963.